

## O ATO AUTOBIOGRÁFICO: FRANCISCO DE PAULA SANTANDER EM COMBATE COM SIMÓN BOLÍVAR

Fabiana de Souza Fredrigo<sup>1</sup>  
fabianafredrigo@yahoo.com.br

Resumo: O estudo dos documentos deixados pelos generais da independência (neste caso, a autobiografia) permite captar, ao mesmo tempo, seus projetos para a América e as tentativas de efetivação de um projeto de memória (em torno de si e do grupo). Nesse sentido, revisitar criticamente as narrativas produzidas pela geração das independências, sem deslumbrar-se com o apelo identitário que delas exalam, afigura-se como um recurso metodológico fundamental para recompor as teias entre a (auto) biografia, o arquivamento, o fio historiográfico e as disputas cotidianas promovidas pelos atores históricos. Orientado por esse pressuposto, este artigo pretende discutir um dos textos escritos por Santander, publicado em 1869, em Paris, e reeditado em 1973, na Colômbia.

Palavras-chave: independências, Santander, autobiografia.

Abstract: The study of documents left by the generals of independence (in this case, the self-biography) allows to catch, at the same time, its projects for America and the attempts of accomplishment of a memory project (around itself and of the group). In this direction, to critically revisit the narratives produced by the generation of independences, without fascinating with the identity appeal that exhale from them, is figured as a basic method resource to recompose the nets between the (self)biography, the filling, the historiographic wire and the daily disputes promoted by the historical actors. Guided for this estimated, this article intends to argue one of the texts written by Santander, published in 1869, in Paris, and reedited in 1973, in Colombia.

Keywords: independences, Santander, self-biography.

### 1. Introdução

Meu objetivo é apresentar uma fonte peculiar: as memórias<sup>2</sup> escritas pelo General Francisco de Paula Santander<sup>3</sup>, companheiro de armas de Simón Bolívar<sup>4</sup>, vice-presidente da

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás – Campus II, Goiânia.

<sup>2</sup> *Memórias* é o termo utilizado por Francisco de Paula Santander e pelos responsáveis pela publicação da coletânea.

<sup>3</sup> Francisco de Paula Santander nasceu em 1792, na Villa Del Rosario de Cúcuta, na Colômbia, e faleceu em maio 1840, em Bogotá, também na Colômbia. Entre os anos de 1821 e 1826, foi Vice-Presidente da Grã-Colômbia, assumindo a administração dos territórios da Colômbia e da Venezuela. Em 1832, depois de retornar de seu exílio, assumiu o cargo de Presidente da Nova Granada e permaneceu nele até 1837. Em 1826, rompeu relações com Simón Bolívar e, ao que tudo indica, além das discordâncias políticas mais básicas entre eles (as críticas de Santander aos projetos de unidade bolivarianos), o apoio do primeiro à concórdia com Antônio Paéz, líder de uma rebelião separatista (*La Cusiata*), foi o motivo central para o fim da amizade de anos. Em 1828, Simón Bolívar, suprimiu a Vice-Presidência da Grã-Colômbia e, após a tentativa de assassinato contra ele, Santander foi acusado de ser o mandante e julgado. No julgamento, deliberou-se pela pena de morte, mas em

Grã-Colômbia, entre os anos de 1821 e 1826, e presidente da Nova Granada, entre 1832 e 1837. Em *Memorias del General Santander* constam duas peças autobiográficas<sup>5</sup>. Seguindo a ordem utilizada pelo editor da coletânea, tem-se que a primeira delas intitula-se *Apuntamientos para las memórias sobre Colombia y la Nueva Granada* e foi redigida por Francisco de Paula Santander em 1837, sendo publicada em 1838 e 1839, na Colômbia, e, em 1869, em Paris. A segunda peça, denominada *Memorias sobre el origen, causas y progreso de las desavenencias entre el Presidente de la Republica da Colombia, Simón Bolívar, y el*

---

virtude das poucas evidências e do temor quanto ao significado político da morte de um antigo colaborador do exército patriota, Bolívar comutou a pena de Santander pelo desterro. Em 1831, Domingo Caycedo, que fora eleito presidente da Grã-Colômbia, restabeleceu os direitos de Santander e seus títulos de honra e patentes militares. Foi então que, em 1832, quando se encontrava em Nova Iorque, recebeu a notícia que o Congresso de Nova Granada o elegera para o cargo de presidente interino da Colômbia, sendo, em 1833, eleito como presidente constitucional, cargo que assumiu até 1837. Em 1833, Santander enfrentou uma conspiração contra seu governo, a qual também analisa em *Memórias* – essa conspiração foi liderada por José Sarda e, ao seu fim, levou 46 pessoas à condenação, com pena capital. Quando substituído na presidência por José Ignacio Márquez, em 1837, Santander fez oposição ao referido mandatário. Em 1838, foi eleito membro da Câmara de Representantes, mas não exerceu por muito tempo o cargo de constituinte em decorrência de uma infecção hepática que o vitimou em 1840. Santander está enterrado no Cemitério Central de Bogotá, sendo seu túmulo declarado monumento nacional. (CACUA PRADA, Antônio. *Diccionario de Historia de Venezuela*. Disponível em: WWW.bolivar.ula.ve. Acesso em: jan. 2010.).

<sup>4</sup> Simón Bolívar nasceu em Caracas, no dia 24 de julho de 1783. Filho de família poderosa, perdeu pai e mãe bem cedo, respectivamente, aos três e nove anos. Em 1798, embarcou para a Espanha para estudar e conheceu Maria Teresa Rodríguez Del Toro, com quem se casou em 1802. Em 1803, Bolívar sofreria outra perda, dessa vez, a da esposa em virtude da febre amarela. Foi quando decidiu retornar à Espanha e iniciou uma série de viagens, conhecendo a Itália, a França e os Estados Unidos. Em 1810, tomou contato com Miranda, em Londres. Participou da primeira tentativa de independência da Venezuela, em 1810. Dessa data até 1828, Bolívar dedicava-se ora às inúmeras batalhas pela conquista da emancipação, ora às tentativas de montagem de uma estrutura de poder que viabilizasse um governo *criollo* na América. Em 1828, Bolívar sofreria um atentado, no qual não foi vitimado. Viria a falecer apenas em 17 de dezembro de 1830, em Santa Maria. O espaço geográfico no qual Bolívar atuou compreendia os antigos vice-reinados da Nova Granada e Peru (este último corresponde aos territórios atuais de Peru e Bolívia, que no século dezenove era conhecida como Alto Peru). O território da Nova Granada corresponde aos atuais países: Colômbia, Panamá, Venezuela e Equador. (Belloto e Corrêa, 1983).

<sup>5</sup> De acordo com Philippe Lejeune, para que haja autobiografia, é preciso considerar uma relação de identidade entre autor, narrador e personagem. Ainda, em alguns casos de textos autobiográficos, o autor pondera sobre a dissociação entre a pessoa (gramatical) e a identidade (quem se diz ser no texto), o que aponta para a complexidade dos “modelos autobiográficos” existentes, sendo problemático aduzir uma definição puramente “textual” para o que viria a ser um texto autobiográfico. Isso porque, se, na comunicação oral, não há como negar o “eu” que remete à enunciação, na escrita, a enunciação deve ficar clara, considerando-se as variadas estratégias para “escamotear” a enunciação, ou seja, o autor da autobiografia deve permitir sua identificação por meio de seu discurso. Ainda, as *Memórias* são compreendidas pela autobiografia, sendo uma categoria “menos imaginativa” das produções de si. Dessa forma, as definições de Lejeune assumem, sem maiores problemas, as ambigüidades e as indecisões permitidas pelo termo autobiografia. Consciente de que adequar textos a modelos é uma complicação, o autor propõe a idéia de pacto, por meio da qual define o que pensa ser autobiografia. Embora os títulos dados por Santander aos seus dois escritos conttenham a “denominação” de “memórias”, compreendo que ambos os textos se encaixam na definição de Lejeune, que foi adotada para esta pesquisa: “Empreguei de fato a palavra autobiografia para designar, no sentido amplo, qualquer texto regido por um pacto autobiográfico, em que o autor propõe ao leitor um discurso sobre si, mas também uma realização particular desse discurso, na qual a resposta à pergunta ‘quem sou eu?’ consiste em uma narrativa que diz ‘como me tornei assim’” (2008, p. 54). Ainda mais, embora o título de *Apontamentos* induza a considerar que as memórias presentes em tal texto sirvam à composição de uma história para Colômbia, é da vida de Santander que se trata, melhor, é a sua vida pública que desfila nas referidas páginas. Essa anotação reforça o caráter autobiográfico do escrito, do mesmo modo que dá relevo a duas relações: a da vida dos gerais com a vida da pátria (é a vida pública que interessa) e a da vida pública com a história e a imortalidade.

*Vicepresidente de la misma, Francisco de Paula Santander*, data de 1829, um ano antes da morte de Simón Bolívar, e foi publicada, pela primeira vez, na *Revista Ilustrada*, em Bogotá, por Pedro Carlos Manrique, no ano de 1898<sup>6</sup>. A peça de 1829, que trata da relação entre Bolívar e Santander, mesmo escrita um ano antes da morte de Bolívar, só foi publicada em um órgão de maior divulgação após a morte de ambos os generais. Entretanto, não é possível desconsiderar que, nos idos de 1829 e 1830, esse escrito disseminara-se em círculos restritos, porém de grande importância. Nesta comunicação especialmente, tratarei da *nota de autor*, que consta ao final da segunda peça autobiográfica. Divido, então, minha exposição em três momentos: 1) uma introdução geral, dando a idéia do trabalho com as peças autobiográficas; 2) a análise da referida *nota de autor*; 3) as relações que podem ser tecidas, a partir desse escrito, com a efetivação de uma “cultura política latino-americana”, associando-a, ainda, à busca de identidade e à expressão heróica alicerçada num tipo peculiar de escrita da história.

O interesse nas memórias de Francisco de Paula Santander foi suscitado pela leitura da correspondência de Simón Bolívar, isso porque Santander era seu interlocutor preferencial, ao menos até 1826, ano em que o “Libertador” deixou de responder às missivas de seu companheiro de armas<sup>7</sup>. A análise das peças autobiográficas de Santander, assim como de suas cartas, exige um diálogo com a correspondência bolivariana, posto que a relação entre

---

<sup>6</sup> A *Revista Ilustrada* publicou a peça de 1829 apenas em 1898, portanto, sessenta e nove anos depois de sua elaboração. Esse periódico fora uma publicação quinzenal, de curta existência, posto que funcionou no período entre 1898 e 1899 e alcançou dezessete números. O jornalista Pedro Carlos Manrique dirigiu a Revista, contando com o apoio de Saturno Zapata (ilustrador e fotógrafo) e Rúben Mosquera (administrador). Como o próprio nome sugere, a publicação pretendia ser moderna e capaz de trazer à Colômbia os “ares ilustrados” por meio de artigos sobre ciência, arte e política. Segundo Cadavid (1995), a Revista cede espaço privilegiado à seção de “Apontamentos históricos”, já que sua citada missão era “atrair a reflexão do povo sobre seus próprios interesses e sobre os da humanidade inteira” (Introdução, n. 1. APUD. CADAVID, 1995, s/p)<sup>6</sup>.

<sup>7</sup> Os desentendimentos entre Simon Bolívar e Francisco de Paula Santander serão expostos, conforme se proceder à avaliação da documentação. Nesse momento, basta apontar, que, desde 1826, a situação política se agrava, especialmente em decorrência da manutenção da unidade da Grã-Colômbia, que desencadeou as rebeliões na Venezuela. Desse modo, a acusação de mandante do assassinato de Simon Bolívar foi apenas um dos elementos, numa circunstância política muito mais complexa. Os biógrafos de Bolívar (Salvador Madariaga, Gerhard Masur e o brasileiro Nelson Werneck de Castro), ao relatarem o desentendimento entre Bolívar e Santander, bem como a reconciliação entre Páez e Bolívar após *La Cusiata* (a rebelião separatista comandada pelo primeiro), associam tal escolha do general com o seu projeto da *Federação Andina*. Segundo esses mesmos biógrafos, *La Cusiata* favorecia o projeto de Simón Bolívar e, por isso, ele escolhera apoiar Páez em detrimento de Santander. A idéia da *Federação Andina* (a unidade entre Peru, Bolívia e Colômbia) estava assentada na divisão da Grã-Colômbia. Desse modo, essa unidade, estabelecida na Constituição de Cúcuta (1821), era um obstáculo para o projeto bolivariano. Páez, ao ter por objetivo separar a Venezuela da Grã-Colômbia, desconsiderava a regra constitucional e, nesse sentido, acabava por dar apoio ao projeto de Simón Bolívar. Esse é o argumento usado pelos biógrafos. Todavia, compreendo que destruir uma unidade para afiançar outra é, no mínimo, um projeto arriscado. Embora a *Federação Andina* constasse nos planos de Bolívar, acredito que o apoio a Páez deveu-se mais à ciência de Bolívar quanto à força localista na Venezuela – da qual Páez era a expressão máxima – do que ao seu desejo de edificar a união entre o Peru, a Bolívia e a Colômbia. No mesmo momento em que Bolívar esteve presente na Venezuela para entrar em um acordo político com os rebeldes, o exército peruano anunciou seu objetivo de anexar Guayaquil e partiu para uma invasão na Colômbia. Em meio a esse desacordo, a *Federação Andina* nasceria prematuramente sem nenhuma chance de sobrevivência.

esses documentos permite perceber a ascendência de Simón Bolívar sobre o granadino e os demais gerais que participaram da gesta emancipadora. Para além disso, o cotejamento entre distintas “escritas de si” possibilita demarcar o espaço social do grupo (composto pelos gerais emancipadores) e concede visibilidade às produções de memória de cada um desses homens, nesse caso, ultrapassando o grupo. Assim, nessa atividade de cotejamento, os cruzamentos, primeiro, entre memória individual e coletiva, tal como propõe Halbwachs (1990), e, segundo, entre os universos público e privado, enriquecem a leitura sobre os projetos construídos para a América independente.

Se a memória política latino-americana gerenciou e escolheu um projeto, as fontes apontam para a diversidade dos mesmos e para multiplicidade de caminhos abertos à ação dos atores históricos. Por um lado, essa multiplicidade de caminhos exigiu uma definição comum que pudesse aglutinar diferentes lideranças na guerra contra a Espanha. Para tanto, tal definição concentrou-se na “legenda espanhola”<sup>8</sup> e na esperança de que a América liberta se transformasse em referência para a diplomacia mundial. Por outro lado, a definição comum nunca conseguiu afastar o embate entre os gerais emancipadores, podendo esses embates serem captados nos textos deixados por esses homens: cartas, memórias e diários. Nessas produções, que extrapolam o “contexto” da independência porque já divisam uma luta representacional na posteridade, os princípios republicanos e liberais se confrontam e apresentam um cotidiano substancial, que se afasta dos “conceitos” estabelecidos<sup>9</sup>. Assim,

---

<sup>8</sup> A legenda espanhola não era nova, apenas ganhou um reforço com a opção política das colônias hispânicas pela independência na América, sendo devidamente explorada nos discursos da elite *criolla*. Os missionários que vieram à América, em sua maior parte pertencentes às ordens mendicantes (franciscanos, dominicanos e agostinianos), produziram vasta literatura com objetivos de conhecer os habitantes do Novo Mundo e a sua cultura, evangelizá-los e convertê-los ao catolicismo, extirpando assim suas crenças ancestrais. A literatura produzida por esses evangelizadores cuidou da relação do nativo com o seu povo e com a natureza, preocupou-se em decifrar as distintas línguas indígenas e em sumariar usos e costumes nativos. O dominicano Frei Bartolomé de Las Casas, que aportou em Santo Domingo, foi capelão militar em Cuba e bispo em Chiapas, tornou-se um grande produtor de textos (apologias), que, diferente dos produzidos por colonizadores, discutia a situação dos indígenas frente à crueldade dos primeiros conquistadores e dos *encomenderos*. No século XVI, Las Casas, observando o modo de utilização do trabalho nativo e a conseqüente queda demográfica, denunciava a exploração dos índios e responsabilizava os *encomenderos* pela decadente situação dos nativos. É consenso de que da extensa literatura produzida por Bartolomé de Las Casas, na qual se encontra a famosa “Brevíssima relação da destruição das Índias”, inaugurou-se a legenda espanhola. Sobre esse assunto, ver: BRUIT, Héctor. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos*. Campinas: UNICAMP, 1995 e A literatura e a vida intelectual na América Espanhola Colonial. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSP; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. 2 v.

<sup>9</sup> Seguindo as considerações de Dominick LaCapra, para o historiador, a “reconstrução do contexto” só pode se dar com base nos “restos textualizados do passado”, ou seja, a “fonte” é a expressão de um “resto textualizado” e, por isso, comporta “vozes múltiplas do passado” e “inúmeras estratégias” comprometidas com os processos textuais. Nesse sentido, o documento “não é” *a priori*, mas se transforma com a ação do historiador, que deve lidar com as relações que se depreendem dos usos da linguagem e das práticas de significação e de recepção (e não apenas da pergunta que move a pesquisa). Particularmente, para História importa a relação entre a reconstrução documental e o diálogo com o passado. Ao propor uma distinção qualitativa entre o aspecto

diferente da unidade patrocinada pelo que se entende por “republicanismo” ou “liberalismo”, as vozes múltiplas da documentação deixam escapar colagens inesperadas – tal como ocorrera na experiência de leitura das cartas de Bolívar, quando foi fundamental concordar com Xavier-Guerra (2003) no que se referia à transferência dos imaginários na América Hispânica<sup>10</sup>. Compreender o universo desses generais é, sobretudo, captar como esses homens “leram o seu tempo” e como apontaram as “divisas de memória” para um tempo ulterior. Como passado, presente e futuro encontram-se entrelaçados em seus escritos, o contexto da independência é importante, mas não é o que integralmente gerencia seus escritos. No interior das peças autobiográficas de 1829 e 1837, embora as datas de batalhas definam o percurso e construam um sentido que emana da causalidade primeira, a leitura atenta aponta para outras possibilidades de sentido, tais como a formação de uma comunidade de oficiais, unida pelo desejo de honra.

De todas as considerações gerais que podem ser feitas a partir da leitura das autobiografias de Santander, a mais importante delas se refere à incontestável liderança de Simón Bolívar no interior do grupo de generais que conduziram o processo de independência, na América do Sul. Para leitores desavisados, essa constatação pode parecer simplória, mas não é, na medida em que revela que a liderança atribuída a Bolívar escapa do culto erigido em torno desse ator histórico, após sua morte. Essa liderança é fruto da ação dos homens daquele tempo, expondo uma “negociação de memórias” mediada pela confiança na capacidade de intermediação de Simón Bolívar. Se o resultado da negociação de memórias parece simplório,

---

documentário e o operacional (o “ser-obra” do texto), LaCapra expõe uma “nova forma de ler”: “o (aspecto) documentário situa o texto em termos de dimensões fáticas ou literais que implicam na referência à realidade empírica e transmitem informação sobre ela. O (aspecto) operacional (“ser-obra”) complementa a realidade empírica com adições e subtrações. Implica, portanto, em dimensões do texto não redutíveis ao documentário, que incluem, de maneira preponderante, os papéis do compromisso, da interpretação e da imaginação. O “ser-obra” (operacional) é crítico e transformador porque desconstrói e reconstrói o dado, num sentido repetindo-o, mas também trazendo ao mundo, nessa variação, modificação ou transformação significativa, algo que não existia antes” (LACAPRA, 1998, p. 245-246). Essas considerações servem para reforçar que a leitura de um texto (ou de uma fonte, um resto textualizado do passado) não está protegida das projeções do leitor (historiador) e, ao mesmo tempo, não consegue comportar todas as interpretações – embora a associação entre o documentário e o operacional permita estabelecer a compreensão, sem hierarquizações que sejam de ordem apriorística (BERBERT JR., 2004).

<sup>10</sup> Até mesmo o rompimento com a simbologia em torno do rei tornou-se um problema para a elite *criolla*, afinal vale perguntar: que tipo de imaginário poderia concorrer com a força da monarquia? O imaginário republicano sozinho certamente não podia. Foi preciso tempo e constância para edificar institucional e representativamente a República. Como sugere Guerra (2003), a dificuldade de transferência de imaginários acabou por adotar a fortíssima personalização do poder e de seus símbolos. A figuração dos heróis – generais cobertos de louros – era o que daria força ao imaginário republicano, daí a importância de Simón Bolívar e seus companheiros. A figuração de heróis (e, portanto, a representação personalista) tentava ocupar o vazio deixado pelo vigor da representação monárquica, expressa na imagem do rei. Assim, o general republicano Simón Bolívar não precisou se coroar, mas era representativamente admirado com as prerrogativas de um rei, especialmente quando identificado a um herói banhado pela providência divina.

o mesmo não se pode dizer do processo que dependeu do combate cotidiano desses generais, no campo da guerra e no campo da escrita. É o processo que essa documentação peculiar permite desvendar: a escrita, em tempos, ritmos e signos diferentes, seria sempre objeto para combate. Escreve-se não apenas para registrar acontecimentos, mas para edificar sua própria importância em meio a eles.

A distinção entre os escritos, demarcada pela maneira como o grupo aparecerá hierarquizado<sup>11</sup> em memórias e cartas (a hierarquização patrocinada por Santander não é a mesma de Bolívar), indicou não apenas projetos distintos para o presente, mas rastros deixados aos guardiões de memória do futuro, os construtores das nações e suas mitologias. A esse respeito, uma consideração peculiar não pode deixar de ser ratificada: Bolívar e Santander – e, certamente, outros participantes da comunidade de oficiais da geração independentista – foram, ao seu modo, os primeiros a empregar a operação historiográfica (CERTEAU, 1975). Se havia ciência da prática adotada, para o caso de Santander<sup>12</sup>, é possível medir por meio das informações concedidas por Eduardo Santa (1973), membro da Academia Colombiana de História, na introdução às *Memórias*. Além de considerar que Santander, como “os grandes da epopéia emancipadora”, deixara memórias distantes de todo “afã autobiográfico”, com objetivo único de responder às injúrias dos homens de seu tempo, Santa (1973) anota a coragem da empreitada, pois, segundo ele, o escrito do general

---

<sup>11</sup> A denominação “hierarquização” serve para definir os temas que apresentam relevo na narrativa autobiográfica e seu tratamento, além de delimitar de que modo Santander explora as circunstâncias e as pessoas que o cercam. Esse mesmo critério foi estabelecido para a avaliação do epistolário bolivariano e permitiu demonstrar de que forma Bolívar hierarquiza as situações e os companheiros na narrativa epistolar. A distinção captada entre o lugar ocupado pelas tropas patriotas colombianas, venezuelanas e/ou peruanas é um exemplo do uso metodológico de tal critério. Para maior detalhamento, ver: FREDRIGO, Fabiana de Souza. Guerra, honra e glória: atos e valores do mundo de Simon Bolívar. In: *História e memória no epistolário de Simon Bolívar (1799-1830)*. Tese de Doutorado, São Paulo, UNESP, Campus de Franca, 2005. p. 81-152.

<sup>12</sup> Para o caso de Simón Bolívar, a validação desse pressuposto também é relevante. Dentre os vários trechos de seu epistolário que confirmam a ação do general em apontar as diretrizes para a escrita da história das futuras nações, cito um deles: “Sentirei que a posteridade atribua-me o sangue que se vai derramar na Venezuela e em Nova Granada; mas me consolarei em deixar os documentos autênticos de minha filantropia; e espero que ela seja bastante justa para imputar a execração universal aos únicos culpados, os espanhóis europeus”. (Carta para Juan Bautista Pardo. Quartel General de Margarita, 17/05/1816. Tomo I, R. 171, p. 226-227. Cópia.). Ainda sobre o mesmo tema, mais uma observação é meritória. Vélez Rendón (2009), num texto que trata da historiografia colombiana no século XIX, anota, a propósito de *Historie de La Colombie*, escrita por Pierre Lallement (1728-1829) e editada em 1826, a recepção da obra na América, mais particularmente na Grã-Colômbia. Na *Gaceta de Colombia*, em 1827 (portanto, numa circunstância em que se enfrentava a rebelião separatista de Páez, *La Cosiata*), um comentarista anônimo, embora não se colocasse frontalmente contra a obra, anotou que “um estrangeiro, que nunca visitara o país, não podia mais do que ‘escrever uma história equivocada’, cheia de ‘erros’ e de ‘imprecisões’” (2009, p. 43). Mais adiante, Vélez Rendón faz referência ao exame de Simón Bolívar sobre a obra de Lallement: “Simon Bolívar, então presidente da República da Colômbia, a qualificou como artificial, sem substância (*faramalla*). Segundo cita Peru de la Croix, para o Libertador, a obra, em matéria de estilo, era ‘concisa’ e ‘correta’, mas carecia de valor como uma obra de História; ou seja, faltavam-lhe ‘detalhes’, os fatos estavam ‘truncados’ ou eram ‘falsos’, o exame e a crítica dos mesmos eram ‘errados’, enfim, segundo Bolívar, depreendia-se da obra uma política trivial e rasteira”. (VÉLEZ RENDON, 2009, p. 43).

granadino não era póstumo e, portanto, poderia ser contraditado pelos homens de seu tempo<sup>13</sup>. Nesse sentido, Santander encontrava-se em uma batalha franca, na qual não tinha certeza da vitória, mas pelejava como um oponente honesto e audaz, quando permitia aos inimigos a réplica. Ademais, a relação entre Santander e a história a ser escrita é explicitada no trecho que segue:

Santander sempre pensou que seria conveniente permitir aos historiadores a tarefa de julgar definitivamente sua ação pública. No seu testamento (na cláusula 34), deixou uma soma em dinheiro para recompensar a pessoa que se encarregasse de organizar os documentos oficiais e particulares e “escrever, segundo eles e os impressos, sobre a *minha vida pública e meus serviços à pátria*, de forma que a posteridade acredite que procurei ser um cidadão útil a ela”, publicando e difundindo o referido trabalho (SANTA, 1973, p. 10. Grifo do autor.).

Sobre esse duplo processo de negociação – no presente, demarcado pelas discussões no interior do grupo de generais; no futuro, pelas engenhosas construções historiográficas, discursos políticos e projetos culturais – não é tão simples discorrer. O acompanhamento da documentação por si não basta, pois ela se vê impregnada de intenções (explícitas ou não, conscientes ou não, subliminares ou não), o que encaminha o pesquisador à inevitável e relevante questão, que é, ao mesmo tempo, metodológica e epistemológica: como captar os “graus de verdade” da documentação, ciente de que o “estatuto da verdade” encontra-se completamente modificado nas produções de “escrita de si”?<sup>14</sup> A leitura de cartas

---

<sup>13</sup> Para o caso de *Apuntamientos para las memorias sobre Colombia y la Nueva Granada*, a primeira peça autobiográfica, não se confirma a avaliação de Eduardo Santa. Escrita em 1837, tempos após a morte de Bolívar, que ocorrera em 1830, ela não permite resposta de um dos citados no decorrer do texto – o próprio general Bolívar. Embora outra obra fosse especialmente escrita por Santander para tratar de suas desavenças com Bolívar – e essa data de 1829, um ano antes da morte do general venezuelano, momento em que ele guardava poucos aliados –, em *Apuntamientos* a figura do venezuelano também aparece. Ele obrigatoriamente compõe as lembranças de Santander, posto que é impossível a esse último não defender suas posições políticas, tocando, para tanto, nos temas da unidade e da conspiração contra Bolívar. Ademais, Santander viveu o bastante para acompanhar a presidência de António Páez na Venezuela – general que se tornara “pivô” das desavenças entre Bolívar e Santander. Desde a desintegração da Grã-Colômbia, em 1831, Páez assumiu o posto de principal liderança nesse território, permanecendo na presidência por dezesseis anos. Nos anos de 1840, mais especialmente em 1842, o antigo companheiro de Bolívar (e líder das rebeliões separatistas, como *La Cosiata*) responsabilizou-se pelo traslado dos restos mortais do exilado *Libertador* para Caracas. Nessa ocasião, patrocinou uma grande festa cívica e convocou, em nome de Bolívar, à união nacional, seu discurso foi explícito das intenções quanto ao patrocínio do culto: “A prosperidade da Venezuela foi o primeiro pensamento de Bolívar, a primeira causa a mobilizar seus atos heróicos, nada temos omitido do que podíamos fazer em honra de sua memória. Resta-nos, entretanto, um dever, o de consagrar ao Libertador o monumento mais digno de sua glória: a consolidação das instituições da Venezuela pela sabedoria dos legisladores, pela prudência da administração executiva, pela ilustração do povo, pela união de todos os venezuelanos”. (PÁEZ apud CARRERA-DAMAS, 1969, p. 58). Em 1863, António Páez foi forçado a exilar-se nos EUA (HARVEY, 2002, p. 178).

<sup>14</sup> O ambiente que enseja a produção das “escritas de si” está marcado pelo individualismo moderno, cujo aparecimento, guardadas as devidas dificuldades de periodização (que podem ser muito estendidas), para este trabalho, trata-se particularmente do século XIX. O sujeito moderno “recusa” a tradição quando postula a sua

e de peças autobiográficas exige tomar a subjetividade como um problema e alcançar as contribuições de outras áreas, tais como a lingüística e a crítica literária. Nesse sentido, a avaliação da fonte não depende apenas do recorte do historiador, mas do pressuposto que anota a impossível neutralidade de um texto. Não se trata apenas de responder aos combates do presente, mas de explicitar o duro combate com a morte expresso no tempo da escrita. Escrever um testamento político torna-se doloroso porque essa escrita quer combater a morte física e política, desejando ultrapassá-la por meio do registro testamentário – aqui entendido não de forma restrita como o documento em que se anotam as intenções de um moribundo. Desse modo, o testemunho dos atores, nessa referida condição, não se reduz à intencionalidade, embora essa seja um componente importante da escrita. O testemunho é necessário para combater inimigos no presente, mas, se eles inexistissem, ainda assim, o testemunho seria necessário, posto que ele se articula à relevância conferida pelo sujeito à sua própria história. Ainda melhor, o testemunho torna-se necessário porque, do ponto subjetivo, o autor/indivíduo<sup>15</sup> chegou à seguinte conclusão: muitas histórias serão contadas, mas a

---

singularidade em meio ao coletivo, sem que isso signifique o desprezo ao coletivo. Na verdade, a equação sofre uma subversão: se o coletivo comandava a ação (o clã, a família, a comunidade), com a modernidade, de modo gradual e tenso, o indivíduo emancipado (com “consciência de si”) passa a compreender que é possível organizar e intervir em sua experiência cotidiana. Na medida em que se “autonomiza” do coletivo, o sujeito observa o acréscimo de sua “responsabilidade” na condução dos atos que cercam sua experiência, ao mesmo tempo em que se dá conta da impossibilidade de controlar, em distintos graus, a sua experiência. Desse ponto de vista, seus registros passariam a ser fragmentados, subjetivos e ordinários, resvalando numa apreensão peculiar do mundo, que não é orientada pela verdade – ou, ao menos, não pela verdade entendida como a expressão “do que é exatamente como ocorreu”. A verdade passa a constituir-se pela “sinceridade”, associando-se ao que o indivíduo consegue ver, apreender e relatar. Esse pressuposto empreende duas mudanças: 1) do ponto de vista da experiência, observa-se a impossibilidade de controlar a vida, constatando-se empiricamente a impossibilidade da “unidade do ser” e da “verdade única”; 2) do ponto de vista do conhecimento, se expressa o desejo pela unidade do ser e pelo alcance de sentido (filosofia da história) guiado por uma pretensa idéia de “universal”. É no interior dessas relações, que agem como forças centrífugas, que o indivíduo vai explorar a “sua história”, “contar a sua vida”, implicando sua narrativa num “olhar retrospectivo”, dependente da ordenação causal dos fatos e de uma “verdade sincera”. Delimitada a ambiência das produções de si, fundamental é não se deslumbrar com os “efeitos de verdade” que a veracidade produz: ela encanta e engana o pesquisador, que deve estar preparado para apreender, em conjunto, a experiência do outro, tanto no que ela expressa de “forma limitada”, quanto no que ela induz de “forma ilimitada” (nas bordas, com os acréscimos e as subtrações nos “textos da vida”).

<sup>15</sup> O debate teórico em torno da figura do “autor” extrapola “tendências”, é múltiplo e extenso. Em uma de suas conferências, Foucault (1969) apontou os variados problemas decorrentes da rápida associação entre autor e obra, a começar pela definição: o que é uma obra? Tudo o que disse ou escreveu um autor faz parte de sua obra? Como se seleciona o que vai fazer parte da obra? Como se qualifica a autoria? Para esta pesquisa, que toma as *Memórias de Santander* como peças autobiográficas, a autoria do texto é importante, não para atestar o “caráter de verdade do texto” (cujo estatuto passa a ser distinto, tal como exposto na nota anterior), mas para indicar a condição básica de um escrito autobiográfico: alguém escreve/fala sobre sua vida, uma definição sintética que, por hora, cumpre seu objetivo. Assim, para Lejeune (2008), é em relação ao nome próprio que se deve situar um dos problemas da autobiografia. Apesar de ter revisto seu texto sobre o pacto biográfico por duas vezes (a primeira versão foi escrita em 1975; uma revisão, que originou outro texto, foi feita em 1986; em seguida, novas considerações apareceram em 2001) e ter ampliado sua conceituação, Lejeune não abriu mão da “autoria”, mesmo que o texto examinado apresente enunciadores distintos. Assim, tomamos a sua definição para o caso de Santander, que é, então, autor (mesmo quando escreve na terceira pessoa) porque “um autor não é uma pessoa. É uma pessoa que escreve e publica. Inscrito a um só tempo no texto e no extra-texto, ele é a linha de contato entre

“minha história” será distinta de todas elas porque eu vou contá-la. É quando se depara com tal apelo que o pesquisador, obrigatoriamente, deve pensar a importância da constituição subjetiva no ato de escrever<sup>16</sup>.

Dessa maneira, a escrita autobiográfica revela alguns objetivos gerais, tais como: o desejo de controlar o gerenciamento da memória em torno do que os generais da independência entendiam como um “destino histórico”, a obra de separação entre metrópole e colônia; e a necessidade de combate aos inimigos do presente. Para Santander (ainda mais do que para Bolívar), os objetivos específicos podem ser delimitados, dentre outros, na importância de compreender o exílio e afirmar a vitória, sem nunca reconhecer a derrota – não foi Santander convocado honrosamente, em 1832, por parte do Congresso da Colômbia, para voltar à América e reassumir a presidência do país? Tendo vivido dez anos a mais que

---

eles. O autor se define como sendo uma pessoa real socialmente responsável e o produtor de um discurso.” (2008, p. 23). No segundo texto, ele aprofunda as explicações do motivo do pacto biográfico exigir que o autor se evidencie, se apresente (de maneira explícita ou não ao leitor): “Quando você lê uma autobiografia, não se deixa simplesmente levar pelo texto como no caso de um contrato de ficção ou de uma leitura simplesmente documentária, você se envolve no processo: alguém pede para ser amado, para ser julgado, e é você quem deverá fazê-lo”. (LEJEUNE, 2008, p. 73-74).

<sup>16</sup> A relação entre escrita, subjetividade e autoria é, sobejamente, um tema discutido para o campo da Psicanálise. Embora definido que as considerações de Lejeune guiam as análises das peças autobiográficas em questão, não é demais apontar a complexidade do debate, que indica a necessidade da interdisciplinaridade: “Para falar do sujeito que escreve, não o indivíduo totalizante que se pretende senhor do seu castelo, de sua escrita, deve se pensar numa escrita-inscrição, em que ele se constitui, não de forma definitiva, pois o escrever se confunde com o viver, pela via do desejo. Para pensar esse sujeito, este texto que aqui se constrói deve ser interdisciplinar, fazendo articulações entre literatura e psicanálise, além de apresentar algumas questões indispensáveis para estabelecer as fronteiras e os limites desse campo.” (BRANDÃO, 2001, p. 146). Em que medida é possível incorporar a referida reflexão para uma avaliação das peças autobiográficas de Santander? Como estabelecer os limites com os outros campos de conhecimento, resguardando a análise histórica? Antes de responder diretamente a isso, algumas ressalvas indicam um caminho. De um lado, a fala e a escrita (a linguagem, na realidade) representam para a Psicanálise o meio pelo qual a “cura” (que não significa a ausência do conflito) irá se estabelecer. Nesse sentido, o sujeito tem de ser capaz de contar a sua história e a maneira como ele a conta revela a “constituição (e reconstituição) de sua subjetividade”, o que faz da apreensão do discurso uma atividade fundamental para este campo, tendo em vista o processo terapêutico. De outro lado, se o que interessa é o processo terapêutico e a maneira como o sujeito (que não é indivíduo totalizante, não pode sê-lo) se subjetiva por meio da fala/escrita, esse discurso não visa somente uma referencialidade externa (em seu conteúdo ideológico), pois essa deixa escapar o desejo (e não interesse) que o move (e que move a escrita). Isso significa, do ponto de vista da Psicanálise, operar com novos conceitos que não tomem a escrita (fala) como uma representação mimética, apoiada na verossimilhança, ainda, significa ultrapassar a apreensão do texto como “um ponto que sustenta uma verdade percebida como universal e preexistente à linguagem” (BRANDÃO, 2001, p. 146). Para o caso de Santander, não cabe aludir a um processo terapêutico, assim como a percepção de um conteúdo ideológico não pode ser desprezada, a ponto de estabelecer uma ruptura total com a mimese e a verossimilhança (o que não necessariamente é o proposto pela Psicanálise), embora tal regra caiba, no que se refere à representação, como um aviso para não se tomar “o que se conta como um *a priori*, fruto de uma verdade universal” (BRANDÃO, 2001, p. 146). Uma segunda indicação parece-me válida para o exame da autobiografia de Santander: é exatamente o que lida, advertidamente, com a impossibilidade de uma percepção totalizante, centrada num sujeito que tudo sabe e tudo expressa. Para o caso da fonte em questão, essa advertência colabora para se pensar a expressão do ressentimento, que nunca desaparece de sua escrita, levando-o a administrar seus conflitos com Bolívar de forma a transformá-lo em espelho. No decorrer deste capítulo, inseri uma “leitura” que vou denominar de “leitura no espelho”, que trata exatamente das estratégias narrativas que enunciam a relação entre Bolívar e Santander, no registro autobiográfico.

Bolívar, embora desterrado, Santander não se expressa como derrotado, mesmo cultivando o ressentimento quanto ao ultraje de se ter tornado um “cidadão sem pátria”.

Assim como se detectou para Bolívar, o ressentimento deve ser traduzido em ação, isso porque há uma dinâmica estabelecida por esse sentimento (ANSART, 2001), que não se cultiva ou se guarda em meio à inércia e à contemplação. Ao contrário, o ressentimento requer a ação, pois atua em nome do que se perdeu ou do que ainda se quer ganhar. Considerando a relação de poder estabelecida, tanto dominantes quanto dominados estão sujeitos ao cultivo do ressentimento. Uns e outros podem ser mobilizados por motivos distintos e também apresentar reações distintas, mas ambos estão predispostos ao cultivo do ressentimento. Desse modo, captar uma memória em torno do ressentimento permite explorar melhor a dinâmica da narrativa de Santander. Da parte do autobiógrafo, compreender o exílio e afirmar a vitória não produziu o apaziguamento, o ressentimento continuou destilado na escrita. Para Santander e para Bolívar, o ressentimento era a metáfora da separação entre Espanha e América: a separação frustrou as expectativas da *elite criolla* e, por esse motivo, os homens envolvidos com esse processo tinham de se explicar; explicar-se para si e para os outros, os patriotas que importavam<sup>17</sup>. Todavia, se há proximidade entre os motivos para o ressentimento de um e de outro general, há também distinção: o ressentimento de Bolívar funda-se na sua incompreensão da nova cena política<sup>18</sup>, nascente com a independência; o de Santander funda-se, ao contrário, na compreensão da mudança de tal cena política, afinal, não se conseguira provar o seu envolvimento na conspiração de 1828. Para o republicanismo liberal, que devia se apresentar em consonância com as teses filosóficas e políticas da Ilustração, o mesmo republicanismo o qual Santander jurava proclamar, o seu desterro representou a arbitrariedade e a dissonância: o ato de condenar um servidor da pátria ao

<sup>17</sup> Para Kehl, o ressentimento, no campo da política, é característico dos impasses gerados nas democracias liberais modernas, pois essas “acenam para os indivíduos com as promessas de uma igualdade social que não se cumpre, pelo menos nos termos em que foi simbolicamente antecipada” (2004, p. 18). Essa observação me parece muito importante porque ela permite transpor o ressentimento como a metáfora da separação entre Espanha e América: houve uma antecipação simbólica da “igualdade” (com a Europa) que não se confirmou mediante a incapacidade da América em se tornar o “empório do mundo”, tal como imaginava Simón Bolívar.

<sup>18</sup> Para Bolívar, o dilema de como se colocar numa nascente e distinta cena pública resolver-se-ia por meio de sua disposição (e afirmação) em servir à pátria como soldado. Isso permitiria que ele mantivesse sua autoridade e legitimidade, bem como lhe impediria ser testado em seu tato político, em particular quando os novos tempos exigiam “embainhar a espada e testar a pluma, submetendo-as à marcha do tempo”. Nas muitas das cartas em que o tema da renúncia dominava a narrativa, o argumento da inadequação de Bolívar numa “republica magistrada e filosófica” embasava sua solicitação. Desse modo, a renúncia vinha associada a um homem público que tinha se doado completamente e que continuaria doando-se, desde que lhe deixassem seguir no posto de soldado. Quando Bolívar apontava que o mundo da liberdade já era outro, explicitava sua inadequação na nova cena política, instaurada pela independência. Tal inadequação não era propositada, antes demonstrava a impossibilidade de o general incorporar as amplas mudanças, sendo que muitas delas foram patrocinadas por sua própria ação (FREDRIGO, 2005). Nesse sentido, a história é mesmo irônica e controversa.

desterro significava um retrocesso à modernidade política alcançada com a independência e, ao mesmo tempo, apontava a difícil “herança” espanhola entre aqueles que pretendiam romper com qualquer semelhança com o ultramar:

Não pretendo agora justificar, nem condenar aquela conjuração: limito-me a dizer que não a dirigi, nem a fomentei e que o modo como me julgaram foi o mais iníquo e mais horrível do que o que os espanhóis empregaram contra os patriarcas da independência. Se a conjuração foi um crime, maior crime foi fuzilar seus autores e condenar à morte outros, sem um julgamento e sem ouvir nossa defesa. Só o fato de omitir essas fórmulas protetoras da vida e da honra é o maior crime que se pode cometer sob a ditadura. Bolívar mostrou-se generoso comigo porque não podia jamais comprovar perante todos que eu fizera parte da conspiração 25 de setembro; assim teve de apelar para dar razão à clemência que a sua glória requeria. Eu agradei a conduta de Bolívar, ainda que declame sempre contra seu juízo e contra a medida governativa de me conservar preso em uma das fortalezas de Boachica, por sete meses, tratado pouco decorosamente (SANTANDER, 1837, p. 79).

Desse modo, o ressentimento captado nas peças autobiográficas vai ao encontro das teses de Maria Rita Kehl (2004), sobretudo quando a autora indica que “o ressentimento não é a conseqüência necessária da condição do derrotado”, pois ele teria mais a ver com uma “reação adiada, a que a pessoa se impediu por conta própria” (2004, p. 17). Santander não se sente derrotado, antes é o arbítrio e a injustiça que o indignam, patrocinando, então, o desejo de combate e o ressentimento. Nesse sentido, o granadino tanto anunciava sua posição de vítima em face a um regime despótico, quanto a relação de dependência com um outro, Simón Bolívar. A eleição do outro explica a centralidade do líder venezuelano na escrita de Santander. Assim como já afirmara em minha tese de doutorado, Simón Bolívar impusera sua autoridade ao grupo e a aceitação dessa autoridade é confirmada pela leitura da peça autobiográfica de Santander. Ainda acompanhando a leitura de Kehl (2004), creio ser possível transpor para a relação estabelecida entre Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander a idéia de que há um vínculo de dependência, caracterizado pela existência de um “outro” (Bolívar) supostamente poderoso e um “eu” (Santander) que se quer valorizado e protegido – quando a valorização desaparece do horizonte, o combate torna-se primordial e o ressentimento não é o reconhecimento da derrota, mas a exposição do arbítrio.

Nesses termos, não há meios de escapar da centralidade de Simón Bolívar para a história das independências das repúblicas da América Sul, portanto, as relações entre os generais serão o foco da análise, com atenção mais do que especial à relação estabelecida entre Simón Bolívar e Francisco de Paula Santander – relação essa, conforme já anunciado, explorada nas duas peças autobiográficas. Esses generais sabiam de sua importância e

queriam deixar seus respectivos testamentos. Mesmo que as memórias sirvam a distintos fins, dentre os quais, segundo o próprio Santander, para expor os equívocos do General Bolívar, é certo que o anseio por explicar os “motivos de sua desavença com Bolívar” expressa a legítima liderança do venezuelano que viria a ser o ícone da unidade latino-americana.

## 2. A “Nota do Autor”<sup>19</sup> em *Desavenças: história heróica e cultura política*

Segundo Peter Gay (1999), nas últimas décadas do século XIX, o “apetite biográfico” tornara-se insaciável, pois os leitores daquele período “eram sensíveis ao fato de que aquela era uma época de vidas examinadas e vidas narradas” (1999, p. 169). O termo “apetite biográfico” foi emprestado das avaliações de Thomas Carlyle sobre como escrever história e biografia<sup>20</sup>. De acordo com o historiador-biógrafo, não se produzia mais o heroísmo, embora o mundo esperasse por ele. A era burguesa, nessa perspectiva, era anti-heróica – a sensibilidade comum às classes médias (e que as incomodava) mesclava segurança, conforto e imaginação nada aventureira. Dessa sugestiva conclusão, emergia uma indicação prática: era necessário retornar ao culto dos heróis como uma forma de lidar com o desencantamento do mundo. A constatação de Peter Gay (1999) me interessa porque o mundo heróico divulgado pelas biografias, e consagrado pelo romantismo em suas diversas acepções, inundaria distintos espaços e temporalidades. O heroísmo era uma virtude que, para o bem ou para o mal, constituía o imaginário dos oitocentos – e a América Hispânica não se absteve em “encantar”

---

<sup>19</sup> Nas palavras do próprio Santander, a “nota de autor” objetivava expor, ao seu modo, o caráter de Bolívar, retomando, nessa circunstância, todo o texto autobiográfico anterior.

<sup>20</sup> Conforme Levillain (1996), o gênero biográfico é fruto de uma herança grego-latina. Para os gregos, as tarefas do biógrafo e do historiador eram distintas: a história situava-se ao lado dos acontecimentos coletivos e via-se sempre embasada pela “verdade”, o seu objetivo era a busca da “verdade”. Nesse sentido, a expressão histórica, por meio da narração, objetivava apontar uma “mudança” cronologicamente estabelecida. A biografia estava preocupada com o detalhe e com o indivíduo, o que a aproximava do panegírico, especialmente porque sua função era a de “elogiar a personalidade em questão”. De maneira laudatória, a biografia analisava fatos e gestos vinculados a um indivíduo e, para tanto, sua expressão era descritiva, com a finalidade de estudar e exaltar a natureza do homem. Assim, as divergências entre história e biografia se encontram no “objeto da narração” (coletivo versus individual) e nas opções narrativas (panegírico descritivo versus narração cronológica). Dito isso, o modelo adotado pelo gênero biográfico nasceu com a historiografia grega, passou pela contribuição do panegírico e da hagiografia e chegou, aos nossos tempos, embebida pela ideologia dominante, alcançando a seguinte “fórmula”: a biografia retrata elogiosamente o biografado, cuida de seu perfil histórico e atua politicamente na medida em que se vê atrelada à ideologia dominante, tornando-se sua divulgadora. Peter Gay (1999) complementa a discussão quando alude à função das biografias, numa referência ao seu caráter pedagógico (herdeiro da matriz cristã). As biografias narram “histórias de sucesso”, funcionando como modelos que pretendem inspirar e “ensinar a fazer”, pois está em jogo a percepção de que um caráter “pode ser aprendido e moldado”. Por fim, pese as diferenças apontadas, mais do que distanciamento, compreendo que biografia e história dividiram uma matriz muito peculiar, especialmente se a localizarmos no século XIX: tanto um campo quanto o outro afirmavam que a narração apresentada buscava a “verdade dos fatos”.

suas nações com a história heróica, que moldaria a narrativa fundadora das repúblicas nascentes. Desse ângulo, a relação entre história, biografia e culto contribui para uma avaliação dos caminhos na América Latina, caminhos esses que entrelaçam as experiências dos séculos XIX e XX. Por exemplo, a busca obsessiva por um “ser latino-americano”, que invade o campo das Ciências Humanas, poderia ser considerada como o amálgama fantasmagórico dos temores da geração das independências, que, no fim das contas, encontrava-se no limbo, entre Espanha e América. Embora não caiba, no espaço desta apresentação, uma discussão integral a esse respeito, essa proposição esteve presente durante a investigação, posto que não era possível desprezar as interações, no discurso de Santander, entre história, posteridade e heróis.

Em *Desavenças*, junto com a leitura que aproximava a arbitrariedade de Bolívar à da Coroa Espanhola, Santander alude, recorrentemente, à comparação entre Bolívar e Napoleão, além de citar George Washington – não é despropositado ressaltar que o próprio Bolívar em suas cartas expressara tal comparação, mas, assim como ocorrera para outros temas, as hierarquizações e o sentido emprestado às comparações seriam distintos. Para um leitor acostumado às cartas bolivarianas e ambientado nas disputas pela memória, próprias ao século XIX, não causa surpresa a situação em que a comparação entre Bolívar e Napoleão aparece na escrita de Santander: o tema que costura essa comparação é o do anseio extremado pelo controle da política, travestido no desejo pelo cargo vitalício. Tais associações foram feitas pelos inimigos políticos de Bolívar, reaparecendo nas biografias escritas sobre ele<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Em minha tese de doutorado, examinei três biografias escritas sobre Simón Bolívar: a importante e polêmica redigida pelo espanhol Salvador Madariaga, a do emigrado alemão Gerhard Masur e a do brasileiro Moacir Werneck Sodré. Em duas delas, detectei a comparação entre Bolívar e Napoleão; uma afirmava a sustentabilidade da comparação e outra a negava. Para Masur, Bolívar era o homem certo, no tempo errado, então, a comparação correta não era entre Bolívar e Napoleão, mas entre Bolívar e Winston Churchill. A premência do presente exigia estabelecer o porquê da glória póstuma de Bolívar e o biógrafo usou do tema da unidade para responder à questão, o que permitiu a comparação anunciada: “Ao contemplar a vida de Simón Bolívar e buscar paralelos, logo nos damos conta de que poucas são as comparações apropriadas. Bolívar e Washington? Bolívar e Napoleão? Bolívar e Cromwell? Todas são insustentáveis. Entretanto, existe uma surpreendente analogia entre Bolívar e Winston Churchill: ambos são homens das dificuldades, da emergência na história do mundo. Ambos provêm de velhas e nobres famílias acostumadas a mandar, e a arte da guerra está no sangue de cada um. Ambos são oficiais, que aficionados em matéria de estratégia; são, contudo, receptáculos de profundas intuições que freqüentemente superam o conhecimento e a sabedoria dos especialistas. Ambos enfrentaram circunstâncias desesperadas com fé inamovível na vitória. Ambos, no começo de suas carreiras, cometeram equívocos transcendentais; Churchill, como Bolívar, aprendeu na derrota a arte da vitória. Ambos são mestres da palavra e artistas por natureza. Os famosos discursos de Churchill depois de Dunquerque são muito parecidos às oratórias pronunciadas por Bolívar em Casacoima, Angostura e Pativilca.” (MASUR, 1960, p. 578). Se, para Gerhard Masur, Bolívar era um homem do século XX e, portanto, podia ser comparado a Churchill, para Salvador Madariaga, o mesmo Bolívar era um homem de seu tempo e nada tinha lhe calado tão fundo na alma quanto a imagem de Napoleão Bonaparte. Para os contemporâneos e para a extensa historiografia que trataria dos “feitos e da importância” de Napoleão, duas eram as interpretações possíveis: de um lado, o curso foi responsável pela expansão dos ideais da Revolução Francesa e, do outro, foi o mais ativo agressor desses mesmos ideais, quando aderiu à tentação de se coroar. Assim traduzida essa repulsa republicana e liberal, é

Apenas na peça autobiográfica de 1829, bem demarcada a exceção representada pela “nota do autor”, cinco passagens comparativas foram localizadas. Na primeira passagem, a comparação vem acompanhada de incredulidade por parte do emissor, pois as ações de Bolívar pareciam dúbias, ora indicavam o abandono das liberdades, ora a recusa pelo poder supremo e arbitrário. Como bem cabe aos interesses da narrativa, aos poucos, o “caráter de Simón Bolívar” vai sendo desvelado (e exposto ao julgamento histórico), a dubiedade dá lugar à convicção, sustentada pela crença de que apenas a adoção da Constituição Boliviana resolveria, como uma panacéia, os males da América. No último trecho em que a comparação aparece, as ações de Bonaparte são trazidas à cena, em nota, para demonstrar, categoricamente, que a “vontade do povo” fora usada como argumento de legitimidade para as mesmas ações que a solapavam – nesse caso, qualquer semelhança com Simón Bolívar não era mera coincidência:

Não era fácil persuadir-se de que alguém que se mostrara tão zeloso da inviolabilidade da Constituição, quando correram boatos de que pretendia reformá-la, quem tanto havia predicado amor e obediência às leis pudesse mudar de princípios e querer fundar um poder colossal para exercê-lo em menoscabo às liberdades públicas. Havia, ainda, fundamentos mais poderosos para que Santander não acolhesse inteiramente os temores que assustavam os bons patriotas; ele sabia que Bolívar tinha desprezado o convite que Páez lhe fizera em 1825, por meio de Antonio Leocádo Guzmán, para que se apoderasse do mando perpétuo, imitando Napoleão quando regressou a França, vindo do Egito; escrevendo-lhe [a Páez] uma longa carta, na qual se empenhava em provar que a Colômbia se encontrava nas mesmas circunstâncias que o povo francês, quando do Diretório, e [assim] lhe promete apoio do Exército. Ademais, sabia que Bolívar denunciara uma carta que lhe fora enviada por um estrangeiro europeu, provocando-o a proclamar-se soberano da Colômbia. Essas demonstrações de desinteresse patriótico lutavam no coração de Santander contra os atos que vinham a público (SANTANDER, 1829, p. 205)<sup>22</sup>.

---

compreensível que o culto a Bolívar procure protegê-lo da mácula. O desejo de Bolívar em se coroar é vigorosamente negado pela historiografia venezuelana, entretanto, Madariaga o admite e o explora em sua biografia. Essa admissão lhe permitiu associar ambos os mitos e anotar que, exatamente porque não se coroou, ao contrário de Iturbide, Bolívar, assim como San Martín, pôde, apesar de derrotado em vida, alcançar glória póstuma. Sem a coroação, o venezuelano podia representar o ideal republicano, bastava esconder o seu desejo de se tornar rei: “Tão funda e tão secreta como essa raiz que une Bolívar e San Martín a Napoleão é a que em seus respectivos povos une os mitos bolivariano e sanmartiniano ao mito napoleônico. San Martín e Bolívar são glorificados na Hispano-América como dois libertadores. Na superfície, ambos os mitos permanecem construídos sobre o modelo “herói-monstro”; ambos são São Jorge matando o dragão da tirania espanhola. Mas no fundo da memória hispano-americana, o que faz de San Martín e de Bolívar os dois heróis sem rival no mundo americano é a carreira napoleônica além das fronteiras do país em que nasceram, levando as bandeiras de suas pátrias natais por todo o continente, como Napoleão na Europa, libertando nações e derrubando vice-reis”. (MADARIAGA, 1953, p.34). Ver: FREDRIGO, 2005, p. 226 et seq.

<sup>22</sup> Nessa passagem, os acontecimentos referenciados eram a rebelião em Valencia e as rebeliões em Guayaquil. Desde 1823, por uma ação militar de Sucre, Guayaquil foi incorporado à Grã-Colômbia. Muitos conflitos opuseram a Grã-Colômbia e o Peru, pois esse último considerava ser seu direito ter posse do território de Guayaquil. Numa rebelião liderada por um colombiano, o general Bustamante, por sua vez, comissionado pelos peruanos, Guayaquil proclamara sua independência da Grã-Colômbia, isso em 1827, em meio aos preparativos

Então, pintou-se o governo constitucional da República com as mesmas cores negras que se fez com o Diretório francês por aqueles cujo interesse era justificar a usurpação de Bonaparte. Não havia vício do qual o governo não estivesse infectado: todos os males que a natureza das sociedades produz, a infância do Estado, a guerra, a ignorância e outras causas necessárias eram atribuídas à Constituição, às leis e ao governo. A reforma era predicada como indispensável. Bolívar e sua Constituição eram as únicas âncoras de salvação e os que a isso contradiziam ou disso duvidavam eram denegridos com os epítetos de ingrato, pérfido, ladrão de empréstimo e inimigo do Libertador. Teria sido possível, sob tais auspícios, restabelecer a amizade entre os dois magistrados ou sequer conservar aparentemente uma boa harmonia? De modo algum. (SANTANDER, 1829, p. 215-216)<sup>23</sup>.

A história dirá se é certa essa asserção [a de que “todos os sacrifícios de sua vida pela liberdade do país, só e exclusivamente, tiveram por objeto a glória de Caracas”] ou se pode se dizer de Bolívar o mesmo que se disse de Bonaparte: “Combateu mais para si que para a pátria. Filho da revolução, matou sua mãe”. Até agora, me parece que todo fruto de seus combates e vitórias o reportam apenas a isso. (SANTANDER, 1829, p. 231)<sup>24</sup>.

Sentado com mais segurança no assento reservado ao poder supremo e absoluto pela *vontade do povo*, que lhe exigia o sacrifício de governá-lo sem seu prazer, ficou em plena liberdade para se vingar dos que eram contrários à sua opinião. Pela *vontade do povo* Bonaparte dissolveu o Conselho dos Quinhentos, pela *vontade do povo* foi feito cônsul; pela *vontade do povo* foi elevado ao império e teve que abdicar. O povo tem servido de pretexto a

---

para a Convenção de Ocaña. O plano de Bustamante era anexar o sul da Colômbia ao Peru. O general venezuelano Flores, que seria futuramente o presidente da República do Equador, foi quem pôs fim aos planos rebeldes, entrando vitorioso em Guayaquil em setembro de 1827. Além de Guayaquil, o Peru queria incorporar a Bolívia, que esteve, desde 1826, sob a presidência de Antônio José de Sucre. Em 1827, forças peruanas, lideradas pelo general Gamarra, invadiram a fronteira boliviana, entretanto, Sucre conseguiu conter a rebelião. Considerando não ser o momento de aprofundar os problemas políticos entre a Grã-Colômbia e o Peru, Sucre não puniu Gamarra e afirmou que não era o caso de hostilizar os peruanos e incitar uma guerra. Os motins não terminaram e Sucre foi preso pelos rebeldes, o que obrigou a Bolívia a entrar em acordo com os insurgentes peruanos. Pelo acordo, seriam expulsas do país as tropas colombianas. Em setembro de 1828, Sucre chegou em Quito e se instalou. Incidentes diplomáticos entre a Colômbia e o Peru pioraram a situação, o que deflagrou a guerra. Em um contexto difícil para a manutenção da unidade no interior da Grã-Colômbia, uma guerra com o Peru foi considerada desastrosa. Os peruanos, sob a presidência do general La Mar, ocuparam Guayaquil que foi retomada, após uma campanha de trinta dias, pelo próprio Sucre, na Batalha de Tarqui (27/02/1829). O Tratado de Girón, firmado em 28 de fevereiro de 1829, concedia indenizações para Grã-Colômbia e anotava o respeito à sua integridade territorial. Assim mesmo, La Mar, desrespeitando o acordo, não se dispôs a entregar Guayaquil. Bolívar já se encontrava no Sul e preparava seu exército para sitiá-la cidade tomada pelos peruanos. No entanto, a situação foi solucionada pela destituição de La Mar da presidência por meio de um golpe produzido em Lima. O novo governo, liderado pelo General Andrés de Santa Cruz, ratificou o Tratado de Girón e agradeceu os serviços prestados pela Colômbia para a independência peruana. O exército colombiano ocupou Guayaquil (MASUR, 1960, p. 543-547).

<sup>23</sup> Neste trecho, a alusão ainda é ao ano de 1826, quando Bolívar sustentara a manutenção da Constituição de Cúcuta e o rompimento entre ele e Santander não se efetivara publicamente. A questão do empréstimo, que foi negociado por Santander em 1824, era outro assunto delicado, que aparece em ambas as peças autobiográficas. No combate político cotidiano, Santander fora acusado de corrupção, tendo se beneficiado das rendas do Estado por meio de tal empréstimo.

<sup>24</sup> Neste trecho, a referência é à solicitação de renúncia encaminhada por Bolívar ao Congresso, antes mesmo da abertura dos trabalhos da Convenção de Ocaña, em 1827.

todos os usurpadores para demolir o edifício da liberdade (SANTANDER, 1829, p. 255)<sup>25</sup>.

Conforme registrado, as passagens são recorrentes e a “nota de autor” teria por finalidade retomá-las e vinculá-las à história. Se ainda não foi convincente o bastante para demonstrar que *história e posteridade*, embora se cruzem, estão bem delimitadas nas referidas peças autobiográficas, essas passagens me parecem uma amostra inquestionável<sup>26</sup>. Sabedor da diferença entre o julgamento da posteridade (opinião pública) e da história, Santander (e Bolívar também o fizera) chama a segunda, tomada como um campo de saber legitimado por seu “lugar de fala”, para endossar seu discurso, daí a opção em elaborar uma “nota de autor” e a forma escolhida para tanto. Logo na primeira oração, o enunciador afirma: o leitor deve ter “observado que, nesta memória, freqüentemente fizemos alusão a Bonaparte e à sua história” (SANTANDER, 1829, p. 279). Em seguida à afirmação, cita um “historiador da Revolução Francesa, que merece grande consideração e respeito por sua filosofia e imparcialidade” (1829, p. 279). A legitimidade conferida à comparação quando seguida pela citação do historiador é a mesma que se pretende atribuir àquela memória como um todo<sup>27</sup>. Todavia, o que se segue no escrito é imprevisto: Santander explica que longe está em propor que o caráter de Bolívar seja em tudo semelhante ao de Napoleão, pois “Bolívar, em seu lugar, não teria feito o que ele fez na Itália e nem teria conseguido se apoderar da Revolução Francesa” (1829, p. 280), o general era apenas, como popularmente se dizia, o *payaso de Napoleón* (histrião de Napoleão). Disso decorre todo o restante da nota, que objetivaria expor o caráter de Simón Bolívar. As desavenças foram explicadas antes, então, nessa parte do texto, fundamental era “dizer em quem se constituía o verdadeiro Bolívar”. Em meu juízo, Santander patrocinou um tipo de interpretação muito próxima a de Salvador de Madariaga (1953), para quem também interessava alcançar o caráter de Bolívar e colocá-lo em

<sup>25</sup> Nessa página, há texto e nota: a referência a Napoleão Bonaparte e à vontade do povo é feita em nota, que se vê associada (“puxada”) à menção sobre a vontade do povo de Caracas. Os grifos em *pueblo* (povo) são de Santander.

<sup>26</sup> A propósito da distinção entre história e posteridade, em página anterior, lê-se: “Nós não queremos antecipar o juízo da história severa, nem o da posteridade inexorável ao deixar esses apontamentos escritos com exatidão, assentados em documentos incontestáveis [...] A história e a posteridade se pronunciarão, sem apelação, sobre de que lado, nesta lide, têm estado o desinteresse, o desejo do bem comum, a felicidade, o patriotismo verdadeiro [...]” (SANTANDER, 1829, p. 275).

<sup>27</sup> Não há indicação do nome de tal historiador, apenas segue uma citação integral de seu comentário sobre Napoleão: “Até aqui, Bonaparte trabalhara por sua própria glória, pela dos exércitos franceses e pela saúde da pátria. Adiante, interesses menos nobres fariam parte da alma de suas ações. Acostumado aos triunfos militares, os ansiará cada dia mais e mais; com suas vitórias, com seus distintos serviços, ele acreditava ter adquirido um título para inquietar, ameaçar, dominar e derrubar, ao fim, o governo que lhe abrira a carreira da fortuna, dos triunfos e da glória; julgar-se-á autorizado para aniquilar a liberdade pública, da qual era devedor de toda sua fama. Sem este governo, sem esta liberdade, teria Bonaparte ficado obscurecido por toda vida, sem sair da classe de simples oficial de artilharia” (APUD. SANTANDER, 1929, p. 279).

juízo<sup>28</sup>. Nesse sentido, autobiografia, biografia, memória, história, culto, heroísmo e anti-heroísmo se aproximam, fortalecendo o argumento de que as construções acerca da América entrelaçaram os imaginários difundidos, com recorrência, nos séculos XIX e XX.

A escrita, na “nota de autor”, distancia-se do pragmatismo e assume a paixão pelo combate, Santander elabora comparações e se expressa sobre o caráter de Bolívar com desenvoltura e sem hesitação – as críticas, que constavam também na peça de 1837, assumiam tom mais agudo e a ausência de hesitação aumentava o poder de combate na escrita de 1829. Simón Bolívar é exposto pelo colombiano em sua ambição desmedida, criticada exatamente porque o caráter do homem não parecia estar à altura de sua ambição, sendo, propositadamente, o campo da administração o primeiro em que a inadequação se evidencia, uma vez que “como homem de Estado, Bolívar carece de conhecimentos de direito público, de economia política e de legislação universal. A justiça, a moral e a boa fé, que são as primeiras qualidades de um bom magistrado, não lhe são familiares” (SANTANDER, 1929, p. 281). Confirmando tal inadequação, estava o fato de que, segundo Santander, interessava a Bolívar apenas o título de Libertador:

O título de Libertador é o que quer que lhe concedam, quando o nomearem, e não o de Presidente, nem de general. Escreve com vigor e energia; sua

---

<sup>28</sup> Na biografia redigida por Salvador de Madariaga (1953), existe um epílogo intitulado *A renúncia póstuma*. Nesse texto imaginativo e instigante, o autor concede a fala a Simón Bolívar, oferecendo-lhe o privilégio de “discursar para a posteridade”. Esse Bolívar (que, então, se tornava o “enunciador”) discursaria para a história, adiantando-se a ela. Em sua *renúncia póstuma*, o general praticava o seu mea-culpa, confessando seus pecados nascidos da ambição e pedindo compreensão por não ter podido libertar plenamente a América. Curiosa e sagazmente, a estratégia de Madariaga (1953) pretendia convencer o leitor dos erros e acertos do general e, ainda, evidenciar a ambição política que ele carregara consigo após a morte. Assim como Santander, o mea-culpa expõe o “caráter” do biografado, que, junto com suas ações, é examinado. Seguem algumas passagens do referido epílogo: “Bolívar se adiantou à marca da História e disse: Compareço diante de vós para apresentar-lhes a primeira de minhas renúncias que faço com toda a alma. Aqui, só se pode falar com toda alma. Venho lhes apresentar a minha renúncia como *Libertador*. [...] Quero viver como se vive na História – com a luz da verdade. Dessas alturas, e já livre do barro mortal, que na terra envolve o espírito, vejo que esse título de Libertador que gravei com a espada na carne de cinco nações pesa hoje sobre o meu ser perene e o impede de se elevar com toda sua estatura sobre o fundo real das coisas verdadeiras. Não. Eu não sou o Libertador, e nem o fui jamais. [...] Fui ambicioso; e para satisfazer a minha ambição, não vacilei em extraviar, apenas seca a sua tinta, as constituições que jurara respeitar; nem me tremeu a mão ao esvaziar os lugares de sua juventude pelo recrutamento forçado e nem ao desolar campos e cidades com os horrores da guerra. Cruzei os Andes sob uma hecatombe e tomei Guayaquil sobre outra. [...] Cento e vinte anos transcorreram e que anos! Se um espírito maligno os tivesse me revelado quando jurei no Monte Sacro, quando declarei guerra a Espanha, quando afundei a cabeça entre as mãos para esconder a vergonha em Puerto Cabello, quando triunfei em Boyacá e em Carabobo, quando vi enfim a Colômbia feita e erguida e o Peru rendido aos meus pés, creiam-me, se tivesse então visto estes cem anos repletos de Obandos, de Gamarras, de Páezes, munidos de constituições de papel e de assembléias de vento, as prisões, os proscritos, as ditaduras... talvez – mas não. Não teria voltado atrás. Porque não estava em mim fazê-lo. Verdade, mil vezes verdade que não os libertei. A essência da liberdade apóia-se precisamente no fato de que ninguém pode libertar a ninguém mais do que a si mesmo. Mas verdade também que quando os dizia ser vosso Libertador eu acreditava sinceramente<sup>28</sup>. Porque havia chegado o momento em que a História exigia a vossa emancipação, e tanto a terra como o sangue e o espírito clamavam por vossa separação da Espanha. Faltava o homem. E o homem fui eu. Quem me designou para aquele destino histórico? Minha ambição.” (MADARIAGA, 1953, p. 544-545).

imaginação é rica em idéias sublimes e atrevidas. A leitura muito lhe agrada, particularmente a do *Contrato Social* de Rousseau, que ele estuda sempre. Sua vaidade lhe faz crer que tudo sabe, que nada se esconde de sua habilidade e que a nenhum homem se assemelha. Sua conversação é agradável, às vezes, instrutiva, ainda que escreva melhor do que fala (SANTANDER, 1829, p. 282).

Sobre o título de Libertador e a admiração por Rousseau, as avaliações de Santander não escapavam do que o próprio Bolívar anunciara em seus documentos públicos e cartas pessoais. Em 1826, numa carta endereçada ao vice-presidente, Bolívar fora categórico em anunciar como o trono o desagradava, interessando-lhe, em verdade, o honroso título de “Libertador”<sup>29</sup>. As referências a Rousseau, por sua vez, apareciam com constância, já que o ideal de liberdade e suas implicações acompanharam as reflexões e a vida política de Simón Bolívar e de outros generais independentistas<sup>30</sup>.

O apelo à história não termina com a comparação entre Bolívar e Napoleão. George Washington também aparece na narrativa de Santander, com o objetivo de opor Bolívar à figura consagrada, anunciando o constrangimento do venezuelano em se referir à personalidade ilustre:

---

<sup>29</sup> Nessa carta, além das discussões sobre a aplicação da Constituição Boliviana no Peru e na Bolívia e das rebeliões no Sul e na Venezuela, aparece o tema da monarquia: “Vossa Mercê me fala com seriedade sobre a monarquia: eu não mudei jamais. Eu espero que VM. se lembre de meus princípios e minhas palavras quando brindou por eu acabara com o despotismo na Colômbia, melhor que qualquer outro, já que alguém tivera de acabar com o despotismo. Por conseguinte, me admira que Vossa Mercê me fale sobre uma coisa tão questionável para mim. Libertador ou morto é essa a minha antiga divisa. Libertador é mais do que tudo e, por isso mesmo, não me degradarei até o trono. Respondo a isso porque a carta em questão me golpeou, carta que tem navegado no Norte e no Pacífico e que pode se perder e me comprometer de algum modo; pois nem todos acreditam que tenho essas idéias. Se querem que eu me vá da Colômbia, me falem mais do trono. (Carta de Simón Bolívar para Francisco de Paula Santander. Guayaquil, 19/09/1826. Tomo IV, R. 1554, p. 263-264. Original.).

<sup>30</sup> No discurso de Angostura, em 1819, Bolívar refletia sobre o alcance da liberdade, amparado em Rousseau, explorava as particularidades da América liberta: “A liberdade, diz Rousseau, é um alimento suculento mas de difícil digestão. Nossos débeis concidadãos deverão fortalecer seu espírito muito antes que consigam digerir o saudável alimento da liberdade. Entorpecidos seus membros pelos grilhões, debilitada sua vista pelas sombras das prisões e aniquilados pelas pestes servis, serão capazes de marchar com passos firmes em direção ao augusto templo da liberdade? Serão capazes de admirar de perto seus esplêndidos raios e respirar sem opressão o ar puro que ali reina? [...] A natureza, em verdade, nos dota, ao nascermos, do desejo da liberdade; mas seja a preguiça, seja a propensão inerente à humanidade, o certo é que esta repousa tranqüila, embora atada com as travas que se lhe impõem. Ao contemplá-la neste estado de prostituição, parece que temos razão para acreditar que a maioria dos homens tem por verdadeira a humilhante máxima de que custa mais manter o equilíbrio da liberdade do que suportar o peso da tirania. Oxalá esta máxima, contrária à moral da natureza, fosse falsa! Oxalá esta máxima não fosse sancionada pela indolência dos homens em relação aos seus direitos mais sagrados! Muitas nações antigas e modernas sacudiram a opressão, mas são raríssimas as que têm sabido gozar de alguns preciosos momentos de liberdade; logo recaíram em seus antigos vícios políticos, porque são os povos, antes que os governos, os que arrastam atrás de si a tirania. O hábito da dominação os faz insensíveis aos encantos da honra e da prosperidade nacional e olham com indolência a glória de viver no movimento da liberdade, sob a tutela de leis ditadas por sua própria vontade. Os fatos do universo proclamam esta espantosa verdade” (BOLIVAR apud BELLOTTO; CORREA, 1983, p. 119.).

Observa-se que Bolívar fala de Washington com um pouco de recato, como se se envergonhasse de não ter imitado tão raro modelo ou como se as virtudes patrióticas desse verdadeiro benfeitor da espécie humana estivessem sempre atormentando o seu coração. Aos seus olhos, Washington não é senão um homem comum. Seus modelos são Aníbal, Alexandre, Napoleão e, acima de todos, César (SANTANDER, 1829, p. 283).

Esse trecho é muito curioso porque, uma vez mais, explicita-se a *leitura no espelho*: Santander, ao analisar o recato de Bolívar e associá-lo a seu caráter, impõe ao venezuelano um constrangimento que não lhe importa, já que seus heróis eram outros. Dito de outro modo: da própria construção narrativa de Santander conclui-se que o constrangimento de Bolívar não combina com a proposição de que para ele Washington era um homem comum, sendo seus heróis os homens da guerra. Em verdade, Washington e o caráter que lhe é subliminarmente atribuído (despojo protestante e a devoção à pátria) representam um modelo para Santander, aproximando-o do bom administrador que fora Washington e afirmando, uma vez mais, sua opção pelo liberalismo e a mesma devoção pela consolidação das instituições da pátria colombiana. Por fim, muitos outros trechos da curta “nota de autor” poderiam ser destacados, mas, em verdade, eles se aproximam da tese central exposta: tratava-se de construir um perfil de Simón Bolívar, com o objetivo de que seu caráter fosse exposto e julgado. Nesse caso, Santander atuara como biógrafo: apresentava modelos, demonstrava os desvios de caráter de Bolívar e indicava pedagogicamente o que devia e o que não devia ser seguido<sup>31</sup>.

### **3. Identidades, memórias e narrativas: sentidos para o “futuro do presente”**

Conforme procurei demonstrar, a leitura e o exame das escritas das gerações de independência interessam, ainda hoje, porque essas narrativas de fundação permitem refletir sobre a instituição de uma *cultura política*, que não é homogênea e nem universal, mas, antes,

---

<sup>31</sup> Uma última citação da “nota de autor” merece ser acrescentada: tendo sua honra manchada, dentre outras coisas, pela acusação de malversação de dinheiro público (sua apropriação indébita de um empréstimo, retirado das rendas colombianas), a última estocada de Santander advém do mesmo universo, a situação econômica de Simón Bolívar: “Têm-se falado muito do sacrifício que Bolívar teria feito de sua rica fortuna, além de seu respeito, à causa da independência. Certamente, ele pertencia, sob o governo espanhol, à aristocracia americana e possuía uma vultosa herança; mas não era mais do que um oficial de milícia. A revolução lhe abriu um largo, ainda que espinhoso, caminho às honras e às glórias. Há dezesseis anos tem a suprema autoridade e nunca se preocupou com as leis escritas. Desde o ano de 1819, desfruta de uma renda de trinta mil pesos anuais, às vezes cinquenta mil, e vai e vem de um extremo a outro da República sem gastar um maravedí, sempre sob os arcos triunfais e à custa do povo.” (SANTANDER, 1829, p. 285).

mutante e plural. Os *usos do futuro* dependem dos *usos do passado*, por isso, reivindicamos o *direito* e o *dever* à memória. Como bem alertou Paul Ricoeur (2007), se a operação narrativa e a experiência temporal se cruzam na conformação (e no impasse) da memória e do esquecimento, é deveras inquietante “o espetáculo que apresenta o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória – e de esquecimento” (2007, p. 17).

Na mesma linha de raciocínio, é imprescindível concordar com Betancourt (2007) em seu diagnóstico sobre a escrita da história colombiana (e venezuelana), em fins do século XIX, uma vez que, para os homens das letras, essa escritura implicava num “serviço público”, sendo os intelectuais chamados a construir a “república desejada”. Se esse esforço pela edificação de uma “consciência nacional” deve ser criticado (e ultrapassado), não me parece louvável estancar na crítica. O diagnóstico não pode escamotear a experiência, daí porque a releitura das narrativas oitocentistas, ao possibilitar o alcance da experiência, colabora quando se trata de compreender o modo pelo qual a *história pátria*, com a sua ancestralidade vincada nos heróis e anti-heróis, penetra nas sendas do imaginário político latino-americano. Nesse sentido, as releituras do passado sempre pretendem refundar a história, revelando projetos audaciosos de controle do futuro por meio dos usos do passado, afinal, o poder da narrativa e do letrado esteve, indubitavelmente, presente na “cena primária” dos processos de independência na América (ACHUGAR, 2006).

Escrita da história, poder, identidades e memória atuaram na cena primária, parafraseando Hugo Achugar (2006). No interior dessas reflexões, há que se conceder um lugar privilegiado às interpretações de Octávio Paz, pois elas, elaboradas e lidas a propósito da circunstância mexicana, anunciam a mescla entre o “universal” e o “particular” para a cultura latino-americana – por isso, as releituras de sua obra são sempre bem-vindas. A alegoria “labirinto da solidão” é a recusa da inferioridade latino-americana, empregando, em seu lugar, a diferença: “sentir-se só não é sentir-se inferior, mas sim diferente. O sentimento de solidão, por outro lado, não é uma ilusão – como às vezes é o de inferioridade –, e sim a expressão de um fato real: somos, na verdade, diferentes. E, na verdade, estamos sós” (PAZ, 1992, p. 22). Reconhecer a solidão e a diferença permite libertar-se da incômoda inferioridade e, junto disso, não ser pego na esparrela de discursos fáceis dos múltiplos imperialismos culturais. Em Octavio Paz, não há receita, mas há indicativos importantes: assumir a maioria exige avocar a responsabilidade de ser, mesmo que o “tornar a ser” seja imprevisível, na melhor das hipóteses, e caótico, na mais complicada delas.

Então, o problema não me parece ser o de afirmar categoricamente que a busca por uma “identidade latino-americana” nada explica, mas o de entender essa busca para além dos interesses ideológicos e políticos. É preciso ultrapassar a lógica, aí sim de domínio do senso comum, de que a concretude do continente em que nos encontramos se resume às marcas da exploração, de um lado, e da imolação, do outro. Do ponto de vista histórico, trata-se de compreender, primeiro, como, para a América Latina, o desejo de identidade esteve intimamente relacionado à fórmula de compreensão de si para, apenas depois disso, apontar o seu seqüestro por elites – não apenas elites externas – que fizeram da busca identitária elemento encarcerador da singularidade latino-americana<sup>32</sup>. De nada adianta desconstruir o conceito de identidade, sem se perguntar de que maneira o reconhecimento “do que se é” caminhou ao lado “do que não se poderia ser”. A descoberta de um discurso nativista (muito presente durante os processos de independência) não tornaria mais leve a experiência colonial e nem resolveria o sentimento de desterro. O dilema latino-americano esteve presente na impossibilidade de negar o desejo de “reduplicação do mesmo” (SANTIAGO, 2006, p. 20), no instante exato em que se clamava por definir a singularidade.

A “identidade latino-americana” não se libertava do paradigma colonial não porque não queria, mas porque a experiência colonial tinha constituído um aprendizado com a “outridade” (MACHADO Apud. PAZ, 1992) – éramos ibéricos e éramos diferentes dos ibéricos; daí nossa solidão e recorrente busca pelo reconhecimento. As dificuldades quanto às memórias da conquista e da colonização ainda vertem águas nas fontes contemporâneas e o labirinto das reflexões identitárias é a comprovação de tal premissa. Enfim, não basta equiparar identidades à falsificação e nem antepor à mesma equiparação um “projeto político-cultural” engajado, cujo mote seja “desterrar origens” – desconfiemos de ambas as posturas, isso se quisermos propor uma reflexão que, ao mesmo tempo, tome as “identidades” como um

---

<sup>32</sup> Cabe ressaltar, em concordância com Maria Lígia Prado (2009), que o desejo de homogeneidade que acompanhou a ação das elites *criollas*, no momento da constituição das nações americanas, não resultou (e nem poderia resultar) no desaparecimento do “outro negado”, em suas palavras: “Historicizando o tema, refletimos sobre as elites latino-americanas a partir da independência. Elas aspiravam consolidar sua dominação sobre a sociedade, baseada numa identidade homogênea que lhes garantisse a hegemonia política. Assim, postularam-se como portadoras do “espírito civilizador” e da “razão letrada” que lhes conferiam legitimidade para colocar-se acima de negros, índios e mestiços e justificar seu poder. A repetição de imagens, símbolos, valores nos discursos dominantes pretendia construir uma identidade nacional que lhes reservasse esse lugar privilegiado. A desqualificação sistemática de *los de abajo* justificou sua exclusão da esfera política e garantiu a manutenção do poder das elites. Estas, porém, jamais conseguiram fazer desaparecer esse “outro” negado e mostrado como inferior ou bárbaro. A despeito do esforço para que fossem esquecidos, os pobres, as mulheres, os índios, os negros, os mestiços emergiam e penetravam nos discursos políticos, nos romances, na pintura, indicando a heterogeneidade da sociedade. Mais ainda, eles aprenderam a linguagem dos dominantes e foram capazes de formular suas reivindicações, empregando uma retórica própria do liberalismo. Interessante é enfatizar que, no presente, boa parte dos intelectuais trabalha com a idéia de uma América Latina cuja cultura é mesclada, mestiça, híbrida” (PRADO, 2009, p. 69).

conceito de importante manejo e passe seriamente a problematizá-la, sem atribuir à obsessão latino-americana o significado de uma retórica ultrapassada, carente de história.

### Fonte

SANTANDER, Francisco de Paula. *Memorias del General Santander*. Bogotá: Biblioteca Banco Popular, vol. 50, 1973.

### Referências bibliográficas

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: estudos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-36.

BAKHTIN, M. O todo semântico da personagem. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 127-171.

BELLOTTO, Manuel Lello; CORRÊA, Ana Maria Martinez (Orgs.). *Simon Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983.

BERBERT JR., Carlos Oiti. Texto, contexto e “dialogismo” na obra de Dominick LaCapra. In: SERPA, Élio Cantalício et.al. *Escritas da História: intelectuais e poder*. Goiânia: Editora da UCG, 2004. p. 53-70.

BETANCOURT MENDIETA, Alexander. *Historia y Nación*. Tentativas de la escritura de la Historia en Colombia. Medellín: La Carreta Editores; México: Coordinación de Ciencias Sociales y Humanidades Universidad Autónoma de San Luis de Potosí, 2007.

BOBBIO, Norberto ET. AL. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

BRANDÃO, Ruth Silviano. A vida escrita: os impasses do escrever. In: BARTUCCI, Giovanna (org.). *Psicanálise, Literatura e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Imago, 2001, p. 145-170.

BRUIT, Héctor Hernán. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos: ensaio sobre a conquista hispânica na América*. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Iluminuras, 1995.

CADAVID, Jorge. Revista Ilustrada: da Ilustração ao Modernismo. *Boletim cultural e bibliográfico da Biblioteca Luis Angel Arango*, n. 36, v. XXXI, 1995. Disponível em: <WWW.lablaa.org/blaavirtual/publicacionesbanrep>. Acesso em: jan. 2010.

CARRERA-DAMAS, Gérman. *El culto a Bolívar: esbozo para un estudio de la historia de las ideas en la Venezuela*. Caracas: Fundação do Instituto de Antropologia y História/ Universidad Central de Venezuela, 1969.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.

DEAS, Malcom. A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: da independência a 1870*. Tradução de Maria Clara Cescato. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. Tomo III. p. 505-539.

- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: \_\_\_\_\_. *O que é um autor?* Lisboa: Vaga, Passagens, 1992. p. 129-160.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. *História e memória no epistolário de Simón Bolívar (1799-1830)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Paulista Júlio de Mesquita, São Paulo, 2005.
- GAY, Peter. *O coração desvelado: a experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GOMES, Ângela de Castro (Org). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- GUERRA, François-Xavier. Memórias em transformação. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 3, 2003. Tradução e adaptação de Jaime de Almeida. Disponível em: <<http://www.anphlac.hpg.ig.com.br/revista3.htm>>. Acesso em: 10 out. 2004.
- HALBAWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HARVEY, Robert. *Los libertadores. La lucha por la independencia de América Latina: 1810-1830*. Traducción de Carmen Aguilar. Barcelona: RBA Livros, 2002.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *Giro lingüístico e história intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 237-293.
- LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rosseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. (Organização: Jovita Maria Gerheim Noronha).
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 167-182.
- LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. RÉMONND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora da FGV, 1996. p. 141-184.
- MADARIAGA, Salvador. *Bolívar: fracaso y esperanza*. México: Editorial Hermes, 1953. Tomo I.
- \_\_\_\_\_. *Bolívar: victoria y desengano*. México: Editorial Hermes, 1953. Tomo II.
- MASUR, Gerhard. *Simón Bolívar*. México: Biografías Grandesa, 1960.
- PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e post scriptum*. 3. ed. Tradução Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. Uma introdução ao conceito de identidade. In: COSTA, Tânia Garcia; BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio (org.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa: Cultura e política nas Américas*, v. 1, 2009, p. 66-71.
- REINATO, Eduardo José. *El Quijote de los Andes: Bolívar e o imaginário da independência na América – 1810-1830*. Goiânia: Editora da UCG, 2000.
- VÉLES RENDÓN, Juan Carlos. Las luchas narrativas de una nación escindida. La historiografía colombiana del siglo XIX. In: PALACIOS, Guillermo (coord.). *La Nación e su Historia: independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*. México: Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.